

Avaliação no Ensino de História: Um olhar crítico-reflexivo a partir de uma educação emancipadora

Hanna Kelly Silva de Oliveira¹

Jonathan da Silva Barros²

Maria Lanilda Ribeiro Oliveira³

Jaaziel Carvalho Costa⁴

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar, de maneira crítico-reflexiva, as práticas de avaliação no contexto da sala de aula da educação básica, com ênfase no ensino de História. Partes da compreensão de que a avaliação é um elemento essencial no processo de ensino e aprendizagem, que deve ir além da simples verificação de conteúdos memorizados, assumindo a priori, um caráter formativo, dialógico e emancipador. Para tanto, o estudo se apoia nas contribuições teóricas de Jussara Maria Lerch Hoffmann (1994), Paulo Freire (1996) e Carlos Cipriano Luckesi (2014), que discutem a avaliação como instrumento de desenvolvimento das potencialidades dos estudantes, destacando a necessidade de romper com práticas classificatórias e excludentes ainda presentes no Ensino Fundamentais anos finais. Em diálogo com esses autores, busca-se também estabelecer conexões com o pensamento do filósofo John Stuart Mill (2005), especialmente no que se refere à sua perspectiva utilitarista, que preconiza ações voltadas ao bem coletivo e à promoção do maior bem possível para o maior número de pessoas. Assim, propõe-se uma reflexão sobre como a avaliação no ensino de História pode ser ressignificada à luz de princípios éticos e pedagógicos que visem à formação cidadã, crítica e participativa, alinhada aos objetivos mais amplos de uma educação democrática.

Palavras-chave: Avaliação da aprendizagem, Ensino de História, Educação básica.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de uma discussão fundamentada nas experiências vivenciadas durante as disciplinas de Estágio I e II, realizadas em uma escola de cunho militar. A produção deste estudo se ampara, em parte, nas observações e práticas desenvolvidas no período em que o grupo se encontrou em regência na referida instituição, possibilitando um olhar atento sobre os métodos de ensino e, principalmente, sobre as formas de avaliação adotadas pela escola.

Além das experiências práticas, este trabalho possui sustentação teórica a partir de autores como Jussara Maria Lerch Hoffmann (1994), Paulo Freire (1996), Carlos Cipriano Luckesi (2014), John Stuart Mill (2005), Pierre Bourdieu (2005) e Louis Althusser (1985). Por meio do diálogo entre teoria e prática, e considerando o contexto escolar analisado uma

¹ Graduanda do Curso de História da Universidade Federal do Piauí - UFPI, hanna.oliveira@ufpi.edu.br;

² Graduando pelo Curso de História da Universidade Federal do Piauí – UFPI, jonathan.barros@ufpi.edu.br;

³ Graduanda do Curso de História da Universidade Federal do Piauí- UFPI, maria.lanilda@ufpi.edu.br;

⁴ Professor orientador: Doutor em Filosofia pela Universidade federal de santa Catarina – UFSC, professor adjunto do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí – UFPI, jaaziel_carvalho@hotmail.com.

instituição de modelo militar foi possível identificar que alguns alunos, apesar de apresentarem grande potencial intelectual, não conseguiam se adaptar ao modelo avaliativo vigente. Observou-se, ainda, que, em diversas ocasiões, esses estudantes expressavam desinteresse ou até mesmo repulsa em relação à escola, resultado de uma cultura institucional marcada pela disciplina rígida, pela hierarquia impositiva e por um ambiente que tende a reduzir o aluno a números e estatísticas, desconsiderando sua dimensão humana, emocional e social.

Nesse sentido, este trabalho busca analisar de forma aprofundada as observações construídas durante o período de estágio, discutindo de que maneira o modelo de avaliação adotado impacta diretamente a formação do estudante. Considera-se, especialmente, o papel da avaliação no ensino de História como elemento essencial na construção do pensamento crítico. Assim, destaca-se a importância de práticas avaliativas que valorizem a participação, o diálogo, a reflexão e o desenvolvimento da autonomia intelectual, rompendo com modelos punitivos, classificatórios e excludentes.

Ao refletir sobre tais questões, este estudo reforça a necessidade de compreender a avaliação não como um instrumento de controle, mas como um processo contínuo, formativo e emancipador, capaz de contribuir para uma educação que realmente considere o estudante como sujeito histórico, social e crítico, e não como objeto passivo de práticas autoritárias.

METODOLOGIA

Este trabalho, com o objetivo de compreender tanto o espaço físico escolar quanto as realidades sociais dos alunos que o frequentam, fundamenta-se em relatos de experiência, relatórios de estágio e observações docentes. Esses elementos permitiram a construção de uma análise prática e contextualizada, possibilitando o levantamento de questões relevantes e a formalização da discussão proposta.

Além disso, a utilização de textos e referenciais teóricos estudados durante a formação acadêmica mostrou-se de extrema importância, especialmente aqueles vinculados às disciplinas de Avaliação da Aprendizagem e Ética, componentes obrigatórios no currículo de formação do professor de História. A articulação entre teoria e prática, portanto, foi essencial para compreender de que maneira o ambiente escolar, suas estruturas e suas práticas avaliativas influenciam diretamente o desenvolvimento e a experiência educacional dos estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse contexto, a teoria de Louis Althusser (1985) torna-se fundamental para compreender o funcionamento da escola enquanto Aparelho Ideológico do Estado (AIE). Para o autor, a instituição escolar desempenha um papel central na reprodução da ideologia dominante, naturalizando relações de poder e formando sujeitos que se ajustem às expectativas sociais previamente estabelecidas. No caso da escola militar analisada, observa-se a presença marcante de práticas que ultrapassam o âmbito pedagógico, configurando-se como mecanismos de controle simbólico e disciplinar. A hierarquia rígida, a padronização de comportamentos e o modelo avaliativo centrado na obediência e no rendimento numérico reforçam uma lógica de submissão e conformidade.

Dessa forma, a avaliação deixa de se constituir como um processo formativo, voltado para o desenvolvimento crítico e reflexivo do aluno, e passa a operar como um instrumento de seleção, normatização e enquadramento. Tal dinâmica contribui para a manutenção de um modelo educacional que desconsidera a autonomia, a singularidade e as experiências sociais dos estudantes, limitando suas possibilidades de construção de uma consciência crítica. Pierre Bourdieu (2005) contribui para esta discussão ao demonstrar que a escola atua como espaço de reprodução social, impondo valores e normas que refletem interesses de grupos dominantes, nesse contexto, alunos que apresentam potencial crítico ou criativo acabam sendo marginalizados, evidenciando a exclusão daqueles cujo capital cultural não corresponde às expectativas institucionais. Assim, Bourdieu reforça que a avaliação, quando utilizada como instrumento de controle, contribui para a manutenção de desigualdades e para a repressão da formação crítica do sujeito.

Além disso, conforme afirma Cipriano Luckesi (2014), a escola deve atuar como espaço formativo comprometido com o desenvolvimento crítico e social do estudante, para o autor, o ambiente escolar precisa favorecer condições que permitam ao aluno construir sentidos sobre sua própria aprendizagem, estimulando sua autonomia intelectual. Embora dialogue com a crítica de Althusser acerca da função social da escola, Luckesi direciona sua análise para a necessidade de transformar a avaliação em um processo de acompanhamento e mediação pedagógica, e não em um instrumento de controle ou de reprodução ideológica. Seu foco está no desenvolvimento do aluno como sujeito ativo, capaz de interpretar o mundo e produzir um pensamento crítico próprio, em vez de apenas assimilar conteúdos de forma passiva. Nesse sentido, durante o período de estágio, observou-se que a avaliação praticada na instituição se limitava, na maior parte das vezes, à atribuição de notas e ao controle da frequência, desconsiderando a complexidade do processo formativo.

A avaliação diagnóstica realizada com os estudantes revelou que o modelo adotado tende a valorizar unicamente o produto final a resposta certa, a obediência ao método e o comportamento disciplinado em detrimento da reflexão, da argumentação e da construção autônoma do conhecimento. Assim, o saber crítico dos alunos não é reconhecido como parte legítima da aprendizagem. Ao invés disso, privilegia-se o cumprimento mecânico de conteúdos previamente estabelecidos, o que acaba reprimindo a formação do pensamento crítico e a capacidade de participação ativa dos estudantes no processo educativo. Dessa forma, observa-se uma desconexão entre a prática avaliativa e uma concepção humanizadora de educação: enquanto Luckesi defende a avaliação como ato amoroso, dialógico e construtivo, a realidade escolar analisada demonstra uma avaliação que classifica, hierarquiza e silencia as singularidades dos alunos. Essa discrepância evidencia a urgência de repensar a avaliação como instrumento de emancipação, e não de submissão.

Jussara Hoffman (1994) trouxe luz a concepção de avaliação de aprendizagem ideal a ser seguida a fim de se obter uma participação e desempenho máximo dos alunos, aos olhos dela, a construção de conhecimento do aluno esta diretamente ligada ao ato de avaliar o mesmo, de forma em que ao priorizar a classificação e a disciplina, o processo avaliativo passa a cumprir uma função de controle e hierarquização dos estudantes, contribuindo para a reprodução de padrões de comportamento e apagamento da singularidade. Assim, ao dialogar Althusser e Hoffmann, compreende-se que a avaliação, quando utilizada como mecanismo de coerção, reforça o caráter ideológico da escola e limita o desenvolvimento crítico do aluno. A proposta de Hoffmann, ao contrário, busca ressignificar o ato de avaliar, entendendo-o como acompanhamento sensível e humanizador do processo educativo

Paulo Freire (1996) contribui para a compreensão de que a escola não deve se limitar à mera transmissão de conteúdo ou à reprodução de comportamentos esperados, mas precisa assumir-se como um espaço de formação crítica e humanizadora. Enquanto o modelo de escola observado durante o estágio privilegiava a disciplina, a obediência e uma avaliação essencialmente classificatória, Freire propõe uma educação dialógica, na qual o estudante é reconhecido como sujeito histórico, ativo e participante de seu próprio processo de aprendizagem. Nesse sentido, a proposta freireana contrasta diretamente com práticas autoritárias que desconsideram a experiência, a identidade e a autonomia dos estudantes, reforçando que a educação deve ser voltada para a emancipação, e não para a conformidade. Como defende o autor, ensinar não é “depositar” conhecimento no outro, mas construir saberes por meio do diálogo e da interação crítica.

Além disso, a partir dos ensinamentos de Freire, torna-se possível compreender o papel do docente como mediador e formador consciente, que não apenas transmite conteúdos, mas liberta, incentiva e envolve o aluno na construção do conhecimento. O professor, nesse sentido, atua para além dos limites físicos da escola, contribuindo também para a formação social e crítica do estudante enquanto cidadão.

Dessa forma, A partir da perspectiva ética de John Stuart Mill (2005), é possível problematizar a função da avaliação escolar no contexto estudado. Para Mill, uma ação só é moralmente válida quando promove o bem-estar coletivo e contribui para o desenvolvimento pleno dos indivíduos. No entanto, ao observar o modelo avaliativo presente na escola cívico-militar analisada, percebe-se que a avaliação não atua como instrumento de crescimento e emancipação, mas como mecanismo de controle e adequação dos estudantes a uma lógica disciplinar. Desse modo, ao invés de favorecer o desenvolvimento humano, a avaliação contribui para a limitação da autonomia e da liberdade intelectual, contrariando os princípios éticos de promoção do bem comum defendidos por Mill.

Dentro dessas discussões, foram levantadas diversas hipóteses ao longo do percurso do trabalho. Contudo, apenas com o contato direto com os alunos da escola, durante o estágio, tornou-se possível perceber que a avaliação não deveria se restringir aos parâmetros formais estabelecidos pela instituição, centrados prioritariamente em notas, presenças e cumprimento mecânico de conteúdo. Como afirma Jussara Hoffmann (2018, p. 67), “avaliar não é classificar, mas compreender o aluno em seu processo de aprendizagem”, o que reforça a necessidade de considerar as vivências, ritmos e repertórios culturais que cada estudante carrega.

De modo semelhante, Cipriano Luckesi (2014, p. 43) ressalta que “a avaliação deve servir à vida e ao desenvolvimento, e não à exclusão”, indicando que o ato de avaliar deve promover a formação crítica do aluno, e não a sua submissão a um modelo escolar padronizado. Essa compreensão dialoga com Paulo Freire (1996, p. 77), quando afirma que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo: os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”, destacando que o aprendizado é um processo coletivo, dialógico e compartilhado.

Por outro lado, foi possível perceber que muitos alunos ainda carregavam a ideia de que a escola é um espaço de punição ou vigilância, tornou-se evidente o nível de discrepância existente dentro da instituição em relação a determinados alunos que eram percebidos como “problemas” para o sistema de ensino municipal. Durante o período em que estivemos na escola, observou-se que o fluxo de alunos apresentava grande rotatividade, com a chegada frequente de estudantes provenientes de áreas distantes, muitos dos quais não haviam sido aceitos em outras instituições de ensino. Esse contexto revelava de forma clara como o ambiente

escolar era encarado por alguns setores: não apenas como um espaço educativo, mas, de certa forma, como um local destinado a acolher ou “conter” alunos considerados indisciplinados, evidenciando uma lógica de controle e segregação que refletia as tensões sociais e educacionais da região. Essa percepção reforça a análise bourdieusiana de que a escola pode reproduzir desigualdades sociais, ao tratar de maneira diferenciada aqueles que não se enquadram nas expectativas do sistema, transformando a experiência escolar em um espaço marcado por distinções simbólicas e hierarquias implícitas.

Tal percepção pode ser compreendida à luz de Pierre Bourdieu (1998, p. 41), ao afirmar que “a escola tende a legitimar desigualdades ao tratar como iguais sujeitos que chegam desigualmente”, o que evidencia que a instituição, se não refletir sobre suas práticas, pode reproduzir mecanismos de exclusão simbólica.

Entretanto, ao longo do processo de estágio, as práticas de escuta, diálogo e valorização das experiências dos estudantes contribuíram para desconstruir essa visão punitiva da escola dentre os mesmos, possibilitando que o ambiente escolar fosse ressignificado como espaço de socialização, construção de saberes e desenvolvimento humano. Assim, a avaliação tornou-se um processo formativo, contínuo e reflexivo, reafirmando a escola como lugar de transformação, e não de mero controle.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo deste trabalho permitiram compreender que a avaliação escolar, especialmente no contexto da escola cívico-militar analisada, ultrapassa a simples função de medir o rendimento dos alunos. Ela se configura como um instrumento que expressa valores, intencionalidades e concepções de educação, podendo atuar tanto na formação crítica do estudante quanto na sua adaptação passiva a normas e padrões estabelecidos.

A partir das contribuições de Louis Althusser (1985), foi possível perceber como a escola pode operar como um Aparelho Ideológico do Estado, reproduzindo comportamentos e naturalizando relações de poder. Pierre Bourdieu (2005) reforça essa discussão ao evidenciar a violência simbólica presente nas práticas educativas que privilegiam determinados habitus e formas de capital cultural, excluindo e silenciando aqueles que não se enquadram no modelo dominante. Esse movimento pôde ser observado na realidade escolar acompanhada no estágio, onde alunos com potencial crítico e criativo eram frequentemente desvalorizados ou enquadrados em práticas disciplinares rígidas.

Em contraposição, as reflexões de Jussara Hoffmann (1994) e Cipriano Luckesi (2014) contribuíram para reafirmar que a avaliação deve ser compreendida como um processo contínuo, dialógico e humanizador, que considera o aluno como sujeito ativo em sua aprendizagem. Avaliar não é punir, classificar ou selecionar, mas acompanhar e orientar o desenvolvimento, reconhecendo erros como parte legítima do processo educativo.

Nesse sentido, Paulo Freire (1996) sustenta a necessidade de uma educação emancipadora e dialógica, que valorize a experiência, a autonomia e a capacidade de leitura crítica do mundo. O modelo observado na escola militarizada se afasta dessa perspectiva, na medida em que prioriza a obediência, a padronização e o silenciamento das vozes estudantis, restringindo o potencial formativo da avaliação. Por fim, ao relacionar esses aspectos ao princípio utilitarista de John Stuart Mill (2005), questiona-se a legitimidade moral de uma avaliação que não promove o bem-estar e o desenvolvimento integral dos estudantes. Se a educação deve contribuir para a formação plena do indivíduo e para a construção de uma sociedade mais justa, torna-se necessário repensar práticas avaliativas que reforcem desigualdades, desmotivam e desumanizam.

Dessa forma, conclui-se que é urgente transformar a avaliação em um processo verdadeiramente formativo, comprometido com a autonomia intelectual, o respeito às singularidades e a promoção do pensamento crítico. Somente assim a escola poderá cumprir seu papel social e ético de contribuir para a formação de sujeitos capazes de compreender, questionar e intervir no mundo em que vivem

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. Avaliação: mito & desafio: uma perspectiva construtivista. 16. ed. Porto Alegre: Mediação, 1994.



HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora: Uma Prática em Construção da Pré-Escola à Universidade. 25. ed. Porto Alegre: Mediação, 2018.

LUCKESI, Carlos Cipriano. Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MILL, John Stuart. Utilitarismo. Tradução de Pedro Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.